POPULAÇÃO E FAMÍLIA NO BRASIL

PE. PEDRO CALDERAN BELTRÃO S. J.

O autor defende a oportunidade para o Brasil de uma política de dotação econômica familiar, à base do salário-família diferencial. Tal política é não só um imperativo ético-social da doutrina da Igreja, mas a única solução adequada para os problemas da remuneração justa do trabalho e da escolaridade obrigatória. Na primeira parte, e a mais longa do artigo, o autor dissipa qualquer dúvida sobre o eventual risco em que tal política induziria de acelerar o já elevado ritmo da expansão demográfica brasileira.

É RELATIVAMENTE fácil conseguir captar a atenção e a benevolência de público e governantes para a dotação econômica da Família em regiões do mundo como a Europa, onde o ritmo de crescimento demográfico, após um século de aceleração, baixou hoje ao nível das populações estáticas, sendo a taxa anual, em média, de 0,7 %. ¹ A Eu-

¹ As taxas que utilizamos, válidas para os anos de 1950-1957, são as publicadas pela UNO, *Demographic Yearbook 1958*, pág. 108.

Para a população mundial nos últimos séculos calcularam-se as seguintes taxas, as quais, postas em gráfico, justificam plenamente a expressão "explosão demográfica":

1650-1750	0,30 %	1900-1920	0,62 %
1750-1800	0,45 %	1920-1930	0,88 %
1800-1850	0,55 %	1930-1940	1,00 %
1850-1900	0,65 %	1940-1950	1,12 %
		1950-1955	1,67 %

Cfr. ALFRED SAUVY, *De Malthus à Mao-Tsé-Toung — Le problème de la population dans le monde*, Paris (Ed. Denoël) 1958, págs. 22-25.

ropa tôda já ultrapassou o "hiato demográfico", isto é, a defasagem da tendência secular de baixa da mortalidade e da natalidade; a queda espetacular da natalidade européia, desde o período de 1850-1900, compensou, no que concerne ao incremento populacional, a queda da mortalidade, iniciada um século antes, desde o período de 1750-1800. A Europa chegou assim a um novo equilíbrio entre a Vida e a Morte, equilíbrio obtido de maneira "artificial" ou *raisonné*, a baixo nível tanto de mortalidade como de natalidade. Além disto, essa estabilização da dinâmica demográfica, sobretudo por ação do fator declínio da fecundidade, provocou os desajustamentos sócio-econômicos que acarreta o "envelhecimento" da população.² De forma que, na Europa, o ponto-de-vista demográfico-econômico facilmente coincide, em boa parte, com a preocupação moral e social.

Não assim num país como o Brasil e numa região como a América Latina. Esta é a região do mundo que, atualmente, conhece o mais rápido ritmo de aumento proporcional da população, atingindo sua taxa anual à cifra de 2,5 %, ao passo que ela não é senão de 1,8 % em média mundial, de 1,7 % para a América Setentrional, de 1,8 % para a África e para a Ásia, e de 2,2 % para a Oceania. É, portanto, na América Latina que se encontra hoje o epicentro da "explosão demográfica". O continente asiático em particular, cuja problemática demográfica tanto tem preocupado os espíritos, apresenta, sim, como sempre apresentou, o maior *volume* de população, mas em questão de *ritmo* de crescimento não supera a média mundial e mal passa da metade do que se observa na América Latina.

Nessas condições de dinâmica demográfica, a dotação econômica da Família (a realização do salário-família, ou seja, a compensação dos encargos de família mediante um sistema de prestações familiares) não teria por efeito agravar uma problemática sócio-econômica já bem difícil? Não

A aceleração vertiginosa dos últimos decênios deve-se atribuir à entrada dos continentes latino-americano, africano e asiático na primeira fase da "transição demográfica" (queda da mortalidade, que ainda não é compensada pela queda da natalidade).

² Veja-se UNO, *The Aging of Population and Its Economic and Social Implications*, Nova York, 1957, 168 págs.

tenderia a sustentar um alto nível de fecundidade, contribuindo ao mesmo tempo para um maior decréscimo da mortalidade, e portanto para uma aceleração ainda mais forte do ritmo de crescimento vegetativo? Não é por acaso verdade que o ritmo atual de expansão demográfica do Brasil corrói boa parte da taxa de progresso econômico do país, dificultando destarte a elevação dos padrões de vida, materiais e culturais? Não constitui por acaso o número excessivo de filhos uma das principais causas estruturais da miséria popular neste país?

Nem vale apelar para a imensidão continental do solo e a riqueza fantástica dos recursos do solo brasileiro, que ainda permanecem inexplorados, porquanto o problema não é lá tanto de capacidade física, a qual parece incontestável, e sim de capacidade econômica e de capacidade social. Em outros termos, a questão não é a de se saber se o Brasil pode, abstratamente, comportar certo volume de população tantas vezes maior que o atual, mas a de confrontar o ritmo atual e previsível de crescimento demográfico com o ritmo atual e previsível de incremento produtivo, especialmente no setor agro-pecuário e de consumo interno, e com o ritmo atual e previsível de organização político-social.

Vejamos, antes de mais nada, o que é que se pode prever quanto ao futuro próximo da população brasileira.

No que se refere à mortalidade, unânimes estão os demógrafos, patrícios ou não, em afirmar que a mortalidade brasileira, a qual ainda se situa, infelizmente, entre as mais elevadas do globo, tem cedido bastante nos últimos decênios e vai ceder ainda mais nas décadas vindouras, como, aliás, é o caso de tôdas as regiões sub-desenvolvidas na hora atual.³ A taxa bruta de mortalidade global no Brasil passaria, segundo a previsão da Comissão de População das Nações Unidas, da cifra de 19,2 ‰, qual foi calculada

³ Tôdas as regiões do mundo, com exceção talvez de algumas da África tropical, já ultrapassaram a primeira fase "pré-moderna" do ciclo demográfico (altos níveis tanto de natalidade como de mortalidade, e portanto equilíbrio natural entre êsses dois componentes da dinâmica populacional, sem notória tendência secular à baixa da mortalidade, e muito menos da natalidade). Cfr IRENE B. TAEUBER, "Population and Political Instability in Underdeveloped Countries", in HAUSER ed., *Population and World Politics*, Glencoe (Free Press) 1958, pág. 239 s.

para o período 1950-1955, à cifra de 11,1 ‰ no período 1975-1980, acercando-se, portanto, ao atual nível europeu de mortalidade global. ⁴ A esperança de vida ao nascer, ou "vida média", considerada como a melhor medida da mortalidade, passaria no Brasil da cifra de 44,1 anos, válida para o período 1950-1955, à cifra de 56,6 anos no período 1975-1980. A mortalidade infantil no Brasil beneficiaria, no mesmo lapso de tempo, de uma redução de 50 %: da taxa de 14,23 % sobre o total dos nascidos vivos, que é a sua incidência atual (válida para os anos de 1950-1955, taxa essa também das mais elevadas do mundo), baixaria a uns 7,34 % em 1980. ⁵

Quanto à taxa de *natalidade*, uma coisa é certa, a saber, que a fecundidade brasileira se mantém ainda uma das mais elevadas do mundo. Muito menos segurança se tem, entretanto, em prever a evolução deste aspecto da dinâmica demográfica brasileira no decurso dos próximos decênios.

GIORGIO MORTARA, êsse meticuloso demógrafo que tão benemérito tem sido no estudo dos problemas demográficos brasileiros, estima que a taxa bruta de natalidade no Brasil não sofreu senão ligeira diminuição no decorrer dos últimos cem anos: de 47-48 ‰ na segunda metade do século XIX a 44-45 ‰ na primeira metade deste século; atualmente, a natalidade brasileira se situaria por volta de 42-44 ‰. ⁶ O referido estudo das Nações Unidas reteve a cifra de 43 ‰ como taxa bruta padronizada de natalidade no Brasil no período 1950-1955.

Com taxa de mortalidade a 20 ‰ e taxa de natalidade a 40 ‰, o Brasil encontra-se em pleno hiato demográfico. ⁷ Exatamente nesta situação demográfica é que se

⁴ ONU, *La población de la America del Sur en el periodo de 1950 a 1980*, Nova York, 1955, pág. 52.

⁵ A média atual na Europa situa-se a 4,5%, tendo sido de 15% em princípios deste século. Cfr JEAN-CLAUDE CHASTELAND, "Evolution générale de la mortalité en Europe occidentale de 1900 à 1950", *Population*, jan.-março de 1960, págs. 62 s.

⁶ GIORGIO MORTARA, "The Development and Structure of Brazil's Population", *Population Studies*, nov. de 1954, págs. 121-139.

⁷ Sobre a problemática do "hiato demográfico" no que concerne os países sub-desenvolvidos, cfr RUPERT B. VANCE, "The Demographic Gap — Dilemma of Modernization Programs", in Milbank Memorial Fund, *Approaches to Problems of High Fertility in Agrarian Societies*, Nova York, 1952, págs. 9-17.

encontravam as regiões noroestinas da Europa por volta de 1875, quando, pela primeira vez na História, entrou a natalidade a declinar, em tendência secular.⁸

Como não vemos nenhuma razão para que haja um desmentido, no caso brasileiro, à lei indutiva segundo a qual uma larga abertura do hiato demográfico leva ao contróle sistemático dos nascimentos, ousamos predizer que não anda muito longe o início da tendência secular ao declínio da natalidade no Brasil. Isto de um ângulo meramente demográfico; dos pontos-de-vista sócio-econômico e sócio-cultural, como veremos um pouco mais abaixo, sobejam razões para confirmar esta nossa previsão.

Não podemos, por conseguinte, estar lá muito de acôrdo, no que respeita ao Brasil, com o seguinte enunciado da Comissão de População das Nações Unidas:

"Alguns desses fatores,⁹ já se fazem sentir nos países de elevada fecundidade da América do Sul, tais como a urbanização progressiva, a industrialização, a extensão da instrução popular, a diversificação das oportunidades econômicas, e a diminuição da mortalidade infantil. Esses fatores vão intensificar-se com os futuros progressos do desenvolvimento econômico. Fica, entretanto, por saber se tais fatores, e outros que lhes estão conexos, haveriam de surgir, na ambiência cultural e econômica da zona tropical da América do Sul, os mesmos efeitos que tiveram na Argentina, no Uruguai, ou nos países da Europa. Inclusive, supondo-se que a influência contínua desses fatores chegará

⁸ Em sugestivo gráfico, sobrepondo o andamento da mortalidade e da natalidade européias de 1800 a 1950 ao andamento do mesmo fenômeno nos países sub-desenvolvidos de 1900 a 1950, ALFRED SAUVY demonstrou como a abertura do hiato demográfico nestes últimos já se revela bem maior que a daqueles. A. SAUVY, *De Malthus à Mao-Tsé-Toung...*, op. cit., págs. 55 s.

⁹ Trata-se dos fatores que, conforme o estudo coletivo da Comissão de População das Nações Unidas, maior influência tiveram na gênese de um dos padrões sócio-culturais mais característicos da nossa época, o decréscimo generalizado da fecundidade matrimonial; esses fatores são, sem ordem de precedência ou maior importância: a passagem da população das zonas rurais para as urbanas, a transformação do status e do papel social da mulher, o acréscimo das despesas de educação dos filhos, a aspiração a um padrão de vida mais elevado, o declínio dos valores morais e religiosos, a baixa da mortalidade. (Cfr ONU, *Causes et conséquences de l'évolution démographique — Résumé des conclusions tirées des études relatives à l'interdépendance des mouvements de la population et des conditions économiques et sociales*, Nova York, 1953, cap. V, n.º 143.)

a ocasionar a diminuição da natalidade, resta saber ainda se essa conseqüência se produzirá num futuro próximo ou apenas em futuro mais remoto. De mais a mais, os países da zona tropical da América do Sul são muito extensos e de cultura muito diversa. Embora atualmente ou em futuro próximo decaia a fecundidade em algumas partes d'esses países (por exemplo, em grandes cidades e em seus arredores), o efeito dessa diminuição sobre a taxa de natalidade nacional pode continuar sendo bastante insignificante. Julga-se, por conseguinte, bastante improvável que num futuro próximo se dê uma rápida diminuição da taxa de natalidade.¹⁰

Quanto ao Brasil em particular, a referida Comissão estabeleceu três hipóteses para as taxas padronizadas de natalidade no período 1975-1980:

- 43 o/oo, ou seja, nenhuma diminuição;
- 35 o/oo, diminuição gradual;
- 31,6 o/oo, diminuição relativamente forte.

De acôrdo com estas hipóteses relativas à natalidade, o volume da população brasileira seria de:

— 113,402 milhões de habitantes, em previsão máxima, com um aumento proporcional de 118 % sobre a população recenseada em 1950 (51,976 milhões):

— 105,527 milhões, em previsão média, com um aumento de 103 %;

— 98,311 milhões, em previsão mínima, com um aumento de 89 %.

Ora, o aumento proporcional da população brasileira durante o trintênio precedente, de 1920 a 1950, foi de 90 %; de modo que, conforme a previsão mínima, já estaria estabilizado o ritmo de crescimento demográfico no Brasil. Pelas razões que estamos desenvolvendo, parece-nos mais provável essa previsão mínima, que supõe uma redução de 25 % da fecundidade brasileira daqui a 1980.

Vê-se, portanto, que, em qualquer hipótese, está o Brasil fadado a um considerável aumento do *volume* de sua

¹⁰ ONU, *La población de la América del Sur . . .*, op. cit., pág. 10. Sobre a fecundidade no conjunto da América Latina, veja-se L. LYNN-SMITH, "The Reproduction Rate in Latin America: Levels, Differentials and Trends", *Population Studies*, julho de 1958, págs. 4-18.

população nos próximos decênios, como é o caso também do resto da América Latina;¹¹ mas, isto não quer dizer que o mesmo se verificará quanto ao ritmo de crescimento. Ora, é esta questão do ritmo de crescimento que importa acima de tudo num país com a enorme capacidade física do Brasil.

Com efeito, os acurados estudos do Professor GIORGIO MORTARA sôbre a fecundidade brasileira segundo os resultados dos censos de 1940 e de 1950 já deixam entrever indícios de diminuição da fecundidade devido ao primeiro alastrar-se da limitação voluntária da prole, mormente nas gerações novas das zonas urbanas.

Eis algumas conclusões dos estudos de MORTARA:¹²

"Embora algumas diferenças entre os resultados dos dois últimos censos possam ser atribuídos ao diferente grau de precisão de um e do outro dêles, parece corresponder à realidade a indicação de uma diminuição, moderada, mas não desprezível, da fecundidade. Com efeito, também a proporção entre as crianças de 0 a 9 anos e as mulheres de 15 a 49 anos presentes na data do censo, a qual fornece um índice da fecundidade, marcou uma pequena diminuição, descendo de 121,2 por 1.000 em 1940 para 120,0 em 1950. Como a redução da mortalidade na infância agiu no sentido do aumento dessa proporção, a pequena redução nela

¹¹ "O rápido crescimento da população na América do Sul fará ressaltar sem dúvida a importância internacional dêste continente. Modificar-se-á também a relação de intercâmbio com os principais países mercantis, nomeadamente os europeus e os Estados Unidos. Dentre os países da América do Sul, está surgindo o Brasil como um verdadeiro gigante, com uma população futura prevista para 100 milhões de habitantes por volta de 1980. Só quatro países excedem atualmente essa imensa cifra: a China, a Índia, a União Soviética e os Estados Unidos. Se êsse rápido crescimento da população irá resultar proveitoso para os povos em questão, depende de muitas considerações cujo exame não é o objeto do presente relatório. Será preciso efetuar novos ajustamentos, não somente nas relações internacionais, senão também no desenvolvimento econômico e na orientação social dêsses países, à medida que nas próximas décadas se apresentem novas e maiores necessidades. Para atender a essas necessidades ter-se-á que recorrer a diversos especialistas, como sejam economistas, engenheiros, agrônomos, demógrafos, sociólogos e antropólogos." (ONU, *La población de la América del Sur . . .*, op. cit., pág. 12.)

¹² GIORGIO MORTARA, *A fecundidade da mulher no Brasil — segundo os resultados do Recenseamento de 1950*, IBGE (Conselho Nacional de Estatística), 1957. Veja-se, do mesmo autor, "The Brazilian Birth-Rate: Its Economic and Social Factors", in FRANK LORIMER ed., *Culture and Human Fertility*, UNESCO, 1954, Parte V, págs. 407-504.

verificada indica uma diminuição da fecundidade proporcionalmente maior.

Resumindo-se os resultados das análises da fecundidade feminina no Brasil efetuadas nas páginas anteriores, conclui-se:

que a quota de mulheres prolíficas é elevada, excedendo 80 % a partir do grupo de idade de 35 a 39 anos;

que o número médio dos filhos nascidos vivos tidos pela mulher prolífica é muito elevado, excedendo 7 no fim do período fértil da mulher; ¹³

que a fecundidade feminina revela uma moderada, mas nítida, diminuição, pela comparação entre os dados dos censos de 1940 e de 1950;

que essa diminuição foi determinada principalmente pela diminuição da prolificidade e secundariamente pela diminuição da quota de mulheres prolíficas." (págs. 8s.)

"A proporção dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas que atingiram a idade de 50 anos em tórno de 1950 pode ser estimada em cêrca de 600 por 100 no quadro urbano, 700 no suburbano e 800 no rural. Nas idades senis encontram-se no quadro urbano taxas bem maiores, até o máximo de 697,7 filhos nascidos vivos tidos por 100 mulheres prolíficas no grupo de 80 anos e mais. Fica evidenciada a maior prolificidade das gerações velhas que em grande parte ignoravam as práticas dirigidas para a limitação da prole, já bastante difusas nas gerações moças da população urbana. Em medida menor, mas bem marcado, manifesta-se o mesmo fenômeno nas populações suburbanas, onde a proporção mais elevada, de 746,4 por 100, é atingida no grupo de 70 a 79 anos. Nas populações rurais, pelo contrário, as proporções verificadas nas idades senis oscilam em tórno do nível atingido na idade de 50 anos." (página 72) ¹⁴

¹³ Conforme o recenseamento de 1950, a família modal no Brasil era ainda a de oito filhos, e a média de filhos tidos pela mulher prolífica era de 7,72. (*Id., ib.*, pág. 89). Também estas cifras são das mais elevadas do mundo. De observações feitas em zona urbana, retemos como hipótese de trabalho que, atualmente, o padrão sócio-cultural no Brasil é a família de quatro filhos.

¹⁴ Esta é a primeira pesquisa sobre fecundidade urbana e rural efetuada no Brasil (*id., ib.*, pág. 65).

“Torna-se evidente pela marcha dos números índices das taxas cumulativas de fecundidade, que a inferioridade da população urbana, em confronto com a rural, é muito forte em todo o período fértil, atenuando-se no período senil da vida da mulher. Essa marcha parece atestar a crescente difusão das práticas de limitação da prole nas gerações mais moças da população urbana.

“A marcha dos números índices da taxa cumulativa de prolificidade mostra inferioridade moderada das taxas urbanas em comparação com as rurais, nas idades mais moças; inferioridade maior — de quase um terço — nas idades de 30 a 45 anos; e inferioridade cada vez decrescente ao subir ulterior da idade. Nas gerações mais velhas (de 80 anos e mais), a diferença se reduz a pouco mais de um décimo. Essa marcha parece confirmar a influência, já salientada acima, da limitação voluntária da prole, no período mais recente.” (págs. 77s.)

“A fecundidade relativamente baixa das populações urbanas depende da menor quota de mulheres que contribuem para a reprodução, da mais elevada idade inicial da atividade reprodutora e da menor prolificidade das mulheres que contribuem para a reprodução, dependendo, por sua vez, esta menor prolificidade do atraso no início da atividade reprodutora, e da limitação voluntária da prole nas gerações mais recentes; a elevada fecundidade rural depende seja da alta quota de mulheres prolíficas, seja da alta prolificidade, não se encontrando indícios de apreciável limitação voluntária da prole; (...) a proporção dos filhos vivos na data do censo, em relação às mulheres prolíficas, é máxima nas populações rurais (436,83 por 100), muito menor nas suburbanas (351,65) e mínima nas urbanas (331,83).” (pág. 80).

O Brasil não faz, por conseguinte, exceção à lei da disparidade entre a fecundidade urbana e a fecundidade rural. Já em 1940, por exemplo, a taxa bruta de natalidade no então Distrito Federal (hoje Estado da Guanabara), com seu altíssimo índice de urbanização, era de 28 por mil tão somente.¹⁵

¹⁵ GIORGIO MORTARA, “The Brazilian Birth-Rate . . .”, *loc. cit.*, pág. 420.

Com efeito, não há fator mais potente de mutação sócio-econômica e sócio-cultural, bem como, em particular, de mutação demográfica, do que êsse fenômeno tão típico da era contemporânea, qual é a urbanização.¹⁶

A quantas anda, então, êste processo no Brasil e qual o seu ritmo previsível para as próximas décadas?

O bem documentado e bem conduzido estudo que ao assunto dedicou o Professor JOSÉ FRANCISCO DE CAMARGO, da Universidade de São Paulo, assim conclui:¹⁷

"Em resumo, a procura de melhores padrões de vida é o objetivo principal que dá sentido aos deslocamentos populacionais no interior do país: rumo à agricultura comercial com salários mais elevados e estáveis ou à indústria com a sua regularidade na remuneração dos assalariados. É a cidade que atrai. É a urbanização que se intensifica, acarretando modificações profundas na relação entre a população rural e a população urbana. Urbanização intensa que o Brasil vem experimentando há algumas décadas, em algumas de suas regiões geo-econômicas, notando-se rápido incremento do fenômeno nos últimos anos. Urbanização provocada diretamente pelo êxodo rural ou pela fuga de habitantes dos pequenos núcleos semi-urbanos para os grandes centros industriais ou ainda intensificada pelo deslocamento de grupos nacionais procedentes de pontos do país de baixo padrão de rendimento econômico, sem dúvida suscita problemas os mais complexos e de cuja solução depende o próprio equilíbrio econômico-social da nação. Se do ponto de vista estritamente econômico permite êsse surto urbaniza-

¹⁶ Por isto julgamos, não só improcedente, mas até contraditória, a seguinte previsão: "En ce qui concerne le Brésil, nous croyons que — sauf dans le cas de profondes altérations sociales peu probables — ces éléments (a saber, os componentes do movimento e da estrutura populacional, tais como a mortalidade e a natalidade, a composição etária e profissional, a distribuição por sexo e estado civil, etc.) ne subiront pas de modifications considérables dans les prochaines décades, excepté, peut-être, quant à la distribution géographique (migrations de la campagne vers les villes)". JOÃO LYRA MADEIRA, "Perspectives démographiques du Brésil", in *World Population Conference*, Roma, 1954, vol. III, pág. 220.

¹⁷ JOSÉ FRANCISCO DE CAMARGO, *Êxodo rural no Brasil — Ensaio sobre suas formas, causas e conseqüências econômicas principais*, São Paulo, 1957, pág. 191.

dor o rápido desenvolvimento industrial de algumas regiões do país, do ponto de vista social — e no âmbito nacional — cria desequilíbrios no próprio desenvolvimento da sociedade brasileira, engendrando ou acentuando pronunciadas diferenças de padrão de vida e de mentalidade.”¹⁸

No decênio 1940-1950 o aumento da população total no Brasil foi de 26,4 %, ao passo que o aumento da população urbana foi de 41,5 %, o da população suburbana de 58,4 % e tão somente de 17,4 % o da população rural; quase a metade do acréscimo populacional dos quadros urbanos e suburbanos foi devida, não ao excedente de nascimentos, e sim à migração do campo para a cidade.¹⁹

¹⁸ Tomamos, neste ensejo, a liberdade de salientar uns tópicos do Prefácio do Professor PAUL HUGON: “No Brasil, mais que alhures, devem os fenômenos demográficos ser estudados. Como país cuja população é acrescida anualmente de mais de um milhão de habitantes, nenhum aspecto de sua Economia deixa de sofrer a influência de um tal crescimento. E nesta demografia em efervescência, a *mobildade* da população é intensa e reveste as formas mais diversas. O *êxodo rural* constitui um dos seus aspectos principais”, (*ib.*, pág. XVII.)

“O Autor pôs assim, em evidência, a coexistência, na mesma nação, de populações “francamente rurais” e de populações de elevadas percentagens urbanas. Cada um desses grupos apresenta um grau de desenvolvimento econômico muito diferente e caracteres estruturais peculiares. Ressalta o Autor com êsse contraste toda a complexidade da Economia brasileira, bem como as dificuldades de que estão inçados os estudos econômicos em geral e as políticas econômicas relativas ao Brasil. (*ib.*)

“Destaca dentre essas conseqüências (do êxodo rural) a considerável e rápida extensão dos grandes centros urbanos. Fenômeno evidentemente de primeira importância, cujo efeito já se faz sentir no Brasil sob a forma de queda da taxa de natalidade, queda apreciável nas cidades gigantes, como São Paulo e Rio de Janeiro.” (*ib.*, pág. XVIII.)

¹⁹ ERNANI THIMOTEO DE BARROS, “As migrações interiores no Brasil”, in *Migração Interna (Análise de dados censitários de 1950)*, IBGE (Conselho Nacional de Estatística) 1950, Estudos de Estatística Teórica e Aplicada — Estatística Demográfica, n.º 26, págs. 28 s.: “Os quadros rurais tiveram um excedente de nascimentos muito elevado (7,6 milhões), porém mais de um terço deste acréscimo foi neutralizado pelo excedente de emigrações (2,7 milhões). Os quadros urbanos e suburbanos, além de seu considerável excedente de nascimentos (3,1 milhões), foram beneficiados por um excedente muito elevado de imigrações (2,8 milhões), devido quase totalmente aos movimentos de migração interior. Assim, o acréscimo efetivo da população dos quadros urbanos durante o período decenal considerado ultrapassou de 95,9% e o dos quadros suburbanos ultrapassou de 77,2% o acréscimo devido ao excedente de nascimentos, enquanto que nos quadros rurais o acréscimo efetivo ficou inferior de 35,3% ao excedente de nascimentos.” (Cfr. JORGE KINGSTON, “Alguns aspectos demográficos e econômicos da agricultura no Brasil”, *Revista Brasileira de Estatística*, abril/junho de 1954, págs. 69-77.)

<i>População</i>	1940	1950	<i>Aumento decenal</i>
Urbana	22%	25%	41,5%
Suburbana	9%	11%	58,4%
Rural	69%	64%	17,4%
Total	100%	100%	26,4%

Paralela a esta evolução da distribuição geográfica, processa-se também no Brasil, com ritmo ainda mais intenso, a redistribuição profissional da população ativa, criando aquêle refinamento de necessidades e aspirações que tanto incide nas transformações funcionais e estruturais da Família contemporânea. "É acentuadamente clara" — conclui JOSÉ FRANCISCO DE CAMARGO ²⁰ — "a tendência para o decréscimo da parte da população que se dedica às atividades primárias e, ao contrário, para o aumento daquela parte entregue às atividades secundárias e terciárias".

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA
(de 10 anos e mais)

<i>Atividades</i>	1940	1950	<i>Incremento decenal</i>
Primárias	70,2%	60,7%	— 14%
Secundárias	10,0%	18,1%	+ 81%
Terciárias	19,8%	26,2%	+ 34%
Total ativa	100,0%	100,0%	

²⁰ *Ib.*, pág. 143. Cfr pág. 13: "Compreendem: 1.º as *atividades primárias*: agricultura, pecuária, e silvicultura; indústrias extrativas; 2.º as *atividades secundárias*: indústrias de transformação; 3.º as *atividades terciárias*: transportes, comunicações e armazenagem, comércio de mercadorias, comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros, capitalização; administração pública, justiça, ensino público, defesa nacional e segurança pública; profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada, serviços e atividades sociais. Excluímos as condições inativas, as atividades não compreendidas nos demais ramos, outras mal definidas e as atividades domésticas não remuneradas e escolares discentes."

Está, pois, o Brasil em plena mutação sociológica, a qual não deixará de afetar profundamente funções e estruturas da Família brasileira. Encontra-se, particularmente, na fase de evolução social que fez precipitar em tendência secular de baixa a fecundidade europeia.

A "revolução demográfica" se processou na Europa em época quando ainda a opinião pública em geral, e os governantes em particular, eram refratários ao contrôle dos nascimentos. Nenhum governo europeu do século passado ou deste século ousou tomar medidas contraceptivas como as que conhecemos hoje em países como o Japão e a Índia; pelo contrário, os governos europeus da época inclinavam-se unânimemente à repressão da propaganda néo-malthusiana. Em nossos dias, para os países como o Brasil que atravessam o hiato demográfico após a experiência europeia, o contexto sócio-cultural apresenta-se bem diferente a este respeito.

Temos, por conseguinte, razões sobejas para admitir, ao menos como hipótese de trabalho, que o processo de limitação voluntária da prole, já iniciado no Brasil nas gerações novas das zonas urbanas, só tenderá a alastrar-se cada vez mais nos próximos decênios, provocando uma queda de fecundidade tal que se estabilize durante certo tempo o *ritmo* de crescimento da população brasileira em nível não muito acima do elevadíssimo nível atual, para depois entrar a declinar.

Volvamos, então, à nossa pergunta inicial. Nessas condições de dinâmica social, qual seria o efeito demográfico de uma política de dotação econômica da Família brasileira? Tenderia ela a aumentar o ritmo de crescimento populacional? Poderia ela sustar a tendência descensional da fecundidade?

Não o cremos, a julgar pelos efeitos demográficos da política familiar em países onde ela já funciona há vários decênios. Esta quando muito contribuiu para frear ou retardar um vertiginoso ritmo descensional já de há muito em ato.

O caso mais flagrante é o da França, o primeiro país a denotar, já desde fins do século XVIII no que concerne

às camadas superiores, uma queda sensível de fecundidade, mas também o primeiro país que tomou consciência da gravidade do problema familiar contemporâneo, por sinal que, até hoje, possui, desde o "Código da Família" promulgado em 1939, o Direito Social Familiar mais generoso e mais adaptado, aliás, à finalidade natalista; como também foi a França o primeiro país europeu que quebrou a tendência secular à baixa da natalidade: a França teve, nos últimos vinte anos, um acréscimo de natalidade de 28 %, ao passo que, no mesmo lapso de tempo, devido também ao acanhamento de suas políticas familiares, a Espanha teve um decréscimo de natalidade de 7,5 %, Portugal um decréscimo de 15 % e a Itália um decréscimo de natalidade, o maior da Europa, de 21 %. ²¹ Mas, é preciso notar que, quando se deu essa sua "contra-revolução" demográfica, debatia-se já a França abaixo do nível de substituição demográfica, sofrendo distorções e desequilíbrios funestos em sua estrutura sócio-econômica provenientes do envelhecimento populacional, vendo ameaçado mesmo de declínio o próprio volume de sua população. Foi por isso que visou também a objetivos natalistas a política familiar francesa. Não obstante, como o faz notar ALFRED SAUVY, pode ser que essa política tenha influído quantitativamente sôbre famílias por demais reduzidas (de nenhum a três filhos), mas nenhum efeito quantitativo apreciável teve sôbre as famílias numerosas de quatro filhos para cima), muito embora fôssem estas as mais favorecidas pelo sistema francês de prestações familiares, progressivas segundo o número de filhos; para as famílias de quatro filhos ou mais, o efeito foi de ordem qualitativa: tornou-se-lhes possível alimentar melhor, vestir melhor, alugar melhor, instruir melhor os próprios filhos.

Não cremos, pois, que a adoção eventual, no Brasil, de um sistema de compensação dos encargos de família para a população assalariada venha a aumentar ainda mais o atual altíssimo ritmo de crescimento demográfico do país. Pode, quando muito, sustar a tendência descensional da fe-

²¹ Veja-se UNO, *Recent Trends in Fertility in Industrialized Countries*, Nova York, 1958, pág. 14.

cundidade, que já dá os primeiros sinais, mas êste não é um efeito desvantajoso, já porque os fenômenos demográficos são cumulativos assim na baixa como na alta e, portanto, um "freio" à queda da natalidade no Brasil não é um mal, nem sequer de um ponto-de-vista estritamente econômico; e depois, porque uma contração um tanto brusca da fecundidade não seria desejável, também do ponto-de-vista econômico, num país que certamente se situa aquém do ponto ótimo de povoamento *potencial*.

Esta nossa resposta à objeção demográfica, que quise-mos a mais honesta e objetiva possível, restringiu-se a negar, com os argumentos que acabamos de desenvolver, dois pressupostos: 1.º que o *ritmo* de crescimento demográfico do Brasil vá manter-se, através das próximas décadas, no alto nível atual; 2.º que a realização do salário-família no Brasil possa contribuir para o aumento dêste ritmo.

Restaria ainda discutir um segundo aspecto da objeção, a saber, a incidência do ritmo de expansão populacional do Brasil no ritmo de progresso econômico e de progresso social. Preferimos, por enquanto, deixar aberto êste aspecto da questão, já porque nossa arguição precedente parece-nos solapar boa parte do problema, mas principalmente porque devemos confessar-nos ainda faltos de dados suficientes para tratá-lo com a devida seriedade. Tomamos, pois, a liberdade de reservá-lo para outra oportunidade.

Mas, não podemos finalizar sem evocar uma outra ordem de considerações em tôda essa problemática. Qualquer que seja a aceitação que possa ter a nossa resposta à objeção demográfica no caso concreto do Brasil, poder-se-á convir em que a política de dotação econômica da Família, pelos benéficos efeitos qualitativos que normalmente pode exercer, principalmente nos meios populares, sobejamente compensa qualquer inconveniente dela derivante sob o ponto-de-vista quantitativo.

A "política familiar", mostrámo-lo alhures, constitui, antes de tudo, uma política de *bem-estar* familiar. Obedece a imperativos ético-sociais, antes de servir ou desservir objetivos demográficos ou econômicos. Para nós, católicos, em

particular, é um verdadeiro imperativo categórico. A tese do "salário-família", sendo como é um dos pontos cardiais da Doutrina Social Social da Igreja, não pode ser um ponto facultativo num programa de política ou ação social norteado pela escala de valores cristãos, qual nô-la impõe a religião católica.

Digamos mais. Do ângulo meramente científico, pode parecer-nos num dado momento que o *birth-control*, no seu sentido estrito, seja um meio adequado para resolver certos problemas demográficos, econômicos e sociais. Pode ser mesmo que não consigamos compreender — imersos como vivemos numa sociedade em pleno estado de "anomia" sexual e conjugal²² — a razão formal da posição mantida pela Igreja, em flagrante contraste com a consciência coletiva dos nossos contemporâneos, quando condena inapelavelmente o emprêgo dos meios anti-concepcionais.²³ Mas, não podemos, como católicos, deixar de aceitar, no plano sobrenatural da Fé, um valor sôbre o qual a Igreja tanto tem insistido, qual seja a inviolabilidade do processo fisiológico da procriação, de maneira que não há meio moral de regulação da fecundidade senão através de alguma forma de continência, de domínio sôbre si, de ascese.²⁴

Podemos estar plenamente conscientes da dificuldade tremenda de manter tal posição no plano de uma *política*. Mas, daí só decorre para nós, católicos, maior responsabilidade social. Não podemos insistir sôbre a imoralidade dos meios anti-concepcionais, sem, doutro lado, envidarmos todos os esforços de pensamento e de ação para criar, nas estruturas sócio-econômicas e na configuração sócio-cultural de hoje, aquilo que PIO XII justamente denominou "o espaço vital da Família".

²² Cfr ROBERT K. MERTON, "Social Structure and Anomie". in RUTH NANDA ANSHEN ed., *The Family: Its Function and Destiny*, Nova York (Harper) 1949, págs. 275-312.

²³ Vejam-se, sobretudo, além da *Casti Connubii* de PIO XI (1929), as duas alocações de PIO XII, às parteiras em 29/X/1951 (AAS XLIII (1951), págs. 835-854) e ao "Fronte della Famiglia" em 26/XI/1951 (AAS *ib.*, págs. 859 ss.). Cfr STANISLAS DE LESTAPIS, S.J., *La limitation des naissances*, Paris (Spes) 1959, atualmente o melhor livro católico sôbre o assunto.

²⁴ Cfr LÉON-JOSEPH SUENENS, arcebispo auxiliar de Malines (Bélgica), *Un problème crucial — Amour et maîtrise de soi*, Desclée de Brouwer 1960. Importante do ponto-de-vista pastoral.

De resto, a adaptação de recursos e condições de vida à dimensão diferencial da Família não é questão de pura generosidade, como alhures demonstramos, e sim exigência da ética cristã da repartição de bens. É a recíproca, ou melhor, o pressuposto do direito natural de propriedade privada. Conforme a ética social cristã, a repartição econômica de acôrdo com as produtividades diferenciais deve necessariamente complementar-se com um mecanismo de repartição social de acôrdo com as necessidades diferenciais. Ora, não há melhor aferição destas que mediante o coeficiente de ponderação por encargos familiares.

Dois pontos, em particular, da problemática social brasileira na hora atual teriam solução mais adequada com a adoção de um esquema de prestações familiares: o problema do salário mínimo e o problema da escolaridade obrigatória; ou, por outra, a elevação do padrão de vida material e cultural das massas.

Uma população assalariada melhor nutrida e alojada, mais bem vestida e mais instruída torna-se, *ceteris paribus*, uma população, não só mais feliz, senão também mais produtiva. Para isto é preciso assegurar-lhe um mínimo vital, ou seja, a cobertura das necessidades essenciais em matéria de nutrição, moradia, vestuário e instrução. Ora, o estabelecimento do salário mínimo que não seja complementado por abonos familiares e outras prestações diferenciais em função da dimensão efetiva da família do trabalhador, torna-se de duas uma:

— ou anti-social, quando calculado na base das necessidades individuais, pois que não chega então para cobrir satisfatoriamente a maior parte das necessidades diferenciais do trabalhador, as quais provêm precisamente da dimensão diferencial da família;

— ou anti-econômico, quando calculado na base da família média, pois que então reparte indiscriminadamente preciosos recursos da coletividade para cobrir necessidades inexistentes de um número considerável de espôsas e filhos fictícios.

Focalizando finalmente o problema da instrução popular, que tanto preocupa a opinião pública, como não

poderia deixar de ser num país que conta ainda uns 50 % de analfabetos em sua população de 10 anos de idade para cima, cumpre não esquecer que uma das principais razões desta situação encontra-se na falta de adaptação dos recursos familiares à dimensão da família.²⁵ No que concerne especialmente às zonas urbanas e suburbanas, constitui fato facilmente observável que muitos pais não mandam a criança para a escola, ou retiram-na dali antes do tempo, nem tanto porque haja falta de escolas e mestres, senão porque precisam da ajuda econômica do menor, ou não podem arcar com despesas suplementares que comporta a freqüência da escola, mesmo gratuita. ALFRED SAUVY disse-o muito bem: o abono familiar constitui corolário lógico da escolaridade obrigatória.

“Não é possível qualquer campanha de moralização da vida familiar — como, por exemplo, a luta contra a alarmante expansão do anticoncepcionismo em um país como o nosso de tradição patriarcalista ou pelo menos de famílias tradicionalmente numerosas — sem haver, concomitantemente, a normalização da vida econômica familiar” — assim

²⁵ Haja vista esta observação de GIORGIO MORTARA, no artigo já citado “The Brazilian Birth-Rate...” (1954, *loc. cit.*, pág. 413):

“The average number of economically non-productive persons — children and old people — dependent on each economically productive person is thus fairly high in Brazil, and, in order to alleviate the burden, children are often set to do manual work. This prevents some children and adolescents from attending school, or at least, from attending regularly, and thus helps to slow down the spread of education, even at the primary level.”

Composição etária da população brasileira:

Grupo etário	Proporção observada em 1950	Proporção prevista para 1980		
		Máxima	Média	Mínima
0-14 anos	41,9%	43,3%	39,6%	37,7%
15-59 anos	53,9%	51,6%	55,0%	56,5%
60 anos e mais	4,2%	5,1%	5,4%	5,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(ONU, *La población de la América del Sur...* op. cit., pág. 36.)

escreve ALCEU AMOROSO LIMA num ensaio recente, que constitui um excelente esboço de Sociologia da Família.²⁶ As considerações penetrantes, embora açodadas e forçosamente sumárias que ali faz o eminente pensador patricio, com os olhos postos na realidade social do Brasil, confirmam as observações que nós mesmos temos feito em outras latitudes onde, por força das circunstâncias, temos que viver.

Oxalá possam êstes modestos resultados de nosso esforço pessoal, que agora publicamos em edição brasileira, suscitar ou incentivar em nossa Pátria novas iniciativas de pensamento e de ação em prol da Família brasileira, que fatalmente se encontra em fase de profunda mutação sociológica, a qual só tenderá a agravar-se nas décadas vindouras.

Para ser eficaz, a ação em prol da Família há de ser conduzida em três planos:

— no plano sócio-econômico: criando estruturas sociais que desafoguem a Família e se adaptem ao seu bem-estar mediante um sistema de “prestações familiares”, iniciativa essa de que se tem ocupado no Brasil a União Nacional de Associações Familiares;

— no plano psico-pedagógico: preparando as novas gerações para as vicissitudes da vida matrimonial e familiar em nossos dias, e prevenindo ou sanando — mediante, por exemplo, a instituição dos assim chamados “conselhos matrimoniais” — as crises da vida conjugal;

— no plano religioso-moral: zelando para que não desapareça de todo na sociedade brasileira a lúdima concepção cristã do amor e do sexo, do matrimônio e da família, mediante, por exemplo, o Movimento Familiar Cristão.

Se é preciso distinguir analiticamente êstes três planos para fins de pensamento e talvez de ação, não se pode dissociá-los na prática, porque a Família, como a Pessoa cujo prolongamento ela é, constitui concretamente um Ser, ao mesmo tempo, material, espiritual e, pela graça de Deus, elevado à ordem sobrenatural. Não se pode dissociá-los também, porque é impossível avaliar qual dêesses planos, em concreto, é o mais importante: depende isto das idiosincra-

²⁶ ALCEU AMOROSO LIMA, *A família no mundo moderno*, Rio de Janeiro (AGIR), 1960.

sias e das situações de indivíduos e grupos. Em todo caso, não convém subestimar, mesmo na visual cristã, a importância do plano sócio-econômico. Em particular — concluímos com ALCEU AMOROSO LIMA (*ib.*, pág. 32) — “as campanhas pelo salário *justo e vital*, capazes não só de atenderem às exigências do operário ou do empregado, isolado, mas de sua família, é (...) base econômica essencial para a normalização da vida doméstica”.